

Até setembro, regras estarão definidas.

Até o início do próximo mês o governo já terá definido as regras para a conversão de parte da dívida externa em investimento de risco. Elas apresentarão três características principais: 1) abrangerão tanto parcelas do principal como dos juros, embora o tratamento seja diferenciado; 2) uma parcela do deságio terá de ser absorvida pelo País; 3) serão concedidos incentivos para induzir aplicações em setores que interessem mais ao desenvolvimento do País, como a exportação e os projetos no Norte e no Nordeste.

Há ainda outras características igualmente importantes, e que poderão ser objeto de negociação: 1) apesar da intenção de flexibilizar as regras, será vedada a transferência do controle acionário de empresas ao exterior; 2) limites de conversão serão determinados em função da necessidade de controlar a expansão monetária; 3) os prazos mínimos de internação serão variáveis, mas não oscilarão muito além do intervalo de 12 a 14 anos para a permanência do capital no País e de quatro a seis anos de carência para a remessa de lucros e dividendos.

O governo não abandonou a idéia de vincular a conversão à exigência de ingresso de uma parcela de dinheiro novo, tal como ocorreu

com os processos de conversão executados pela Argentina, México, Chile e Filipinas, porém inovará ao insistir na divisão do deságio, atualmente de 45%. Neste caso, o investidor que comprar um crédito do Brasil igual a 100 por apenas 55, terá de internar esse recurso com um deságio menor, de pelo menos 25%, ou seja, pagando 55 por 100 mas internando 75, prática que poderá ser regulada pelo mecanismo do leilão.

Regulamentação

A definição sobre a prática da conversão será adotada a partir de uma resolução do Banco Central aprovada pelo Conselho Monetário Nacional. O mais importante, porém, é a regulamentação, a qual está sendo montada a partir de uma série de projetos preparados pelo Banco Central, Comissão de Valores Mobiliários e até instituições privadas, que fizeram chegar suas sugestões diretamente ao Palácio do Planalto.

É essa regulamentação que definirá as regras de operacionalização da conversão, nos seus múltiplos aspectos, dentre as quais algumas já estão propostas: 1) serão estabelecidos limites mensais para a conversão, ajustados à programação monetária, de tal forma a evitar uma expansão imoderada dos

principais agregados monetários, que serão pressionados por superávits mensais na conta de comércio acima da média de US\$ 1 bilhão; 2) para que possam ser definidos os incentivos, serão realizados leilões trimestrais entre os candidatos a investimentos; 3) na diversificação dos investimentos serão considerados os limites extremos de 5% e de 20% do capital de cada empresa; 4) será vedada a cessão de direitos a terceiros sobre os créditos objeto da conversão, desde que se refiram ao principal da dívida; 5) terão preferência na conversão os créditos objeto de compromissos não pagos por causa da moratória, ou seja, juros de US\$ 4,2 bilhões este ano; 6) os investimentos poderão ser feitos de forma direta, em projetos previamente escolhidos, em Bolsas de Valores, em sociedades de investimento e com automático cancelamento do registro dos créditos/depósitos.

Finalmente, para permitir a operacionalização da cessão de direitos a terceiros, no caso da conversão de juros, a proposta do Banco Central inclui a criação de um bônus representativo da transação, o qual se transformaria em título negociável inclusive fora do País.

Os leilões, seriam inicialmente realizados nas Bolsas de Valores do Rio e de São Paulo.